

Primeira reunião de negociação será em 11/5

Não custa lembrar aos reitores: data-base é pra valer!

Os colegas já devem ter tomado conhecimento, por meio do *Boletim do Fórum das Seis* de 29/4/2010, do conteúdo do ofício Cruesp nº 5, que agenda a primeira reunião de negociação para 11/5. Apesar da insistência do Fórum para que a negociação se iniciasse no mês de abril, a data da primeira reunião foi antecipada em apenas uma semana, em relação ao ano passado. De qualquer forma, mantemos a expectativa de que a negociação deste ano possa “chegar a bom termo em todos os sentidos”, como afirma o Comunicado da Reitoria da USP de 29/4. Afinal, data-base é pra valer!

O ofício nº 5 contém ainda uma novidade inusitada: informa que a “nova sede permanente” do Cruesp está localizada na rua Itapeva, no Edifício Itapeva One. Por que será que mudaram o local da sede que, já há muitos anos, se situa nas dependências da reitoria da Universidade na qual o presidente do Cruesp é docente?

Provavelmente, nessa primeira reunião, a pauta será constituída pelo reajuste de data-base, ou seja, uma resposta do Cruesp à reivindicação, contida em nossa pauta unificada, de reposição de



16%, correspondente à inflação e à parte das perdas históricas, e de uma parcela fixa que visa diminuir a relação entre os menores e os maiores salários. O Cruesp atenderá prontamente a essa reivindicação? Virá com outro índice intermediário entre esse e a inflação de maio de 2009 a abril de 2010? Virá apenas com a inflação? Como será tratada a solicitação de extensão aos funcionários do reajuste de 6% dado aos docentes? Quais serão os cenários econômicos que os técnicos do Cruesp trarão para a reu-

nião técnica de 6/5? A planilha do Cruesp encaminhada ao Fórum das Seis em 3/5 mostra crescimento da arrecadação do ICMS.

Outra observação cabe aqui com relação a esse ofício nº 5, à luz do conteúdo do ofício nº 2 do Cruesp, de 12/4, quando era dito, entre outras informações, que antes do final de abril o Cruesp se comprometia “em divulgar o cronograma das reuniões conjuntas”. O ofício mais recente não cumpriu essa promessa, uma vez que só anunciou a data da primeira reunião entre



o Fórum das Seis e o Cruesp. Quando serão negociados os outros três eixos centrais: não criminalização do movimento, permanência estudantil/gratuidade ativa e mais recursos para a educação pública? Esses eixos, que também estiveram presentes nas data-bases dos anos mais recentes, não chegaram a ser pautados de forma adequada.

Esperemos que a mudança de sede do Cruesp seja acompanhada de uma mudança de atitude dos reitores para uma efetiva negociação de data-base, que respeite o con-

teúdo das várias reivindicações contidas na pauta unificada do Fórum das Seis.

Finalmente, cabe comentar as deliberações da última Assembleia Geral da Adusp, ocorrida em 29/4:

1) Propor ao Fórum das Seis a discussão referente a oficiar o Cruesp para que as reuniões de negociação ocorram nas universidades e não na nova sede do Cruesp, na rua Itapeva.

2) Participar do ato de 11/5, dia de mobilização, durante a primeira reunião com o Cruesp, na rua Itapeva.

Embora o Fórum das Seis tenha indicado paralisação no dia do ato, a assembleia decidiu indicar ao conjunto dos docentes da USP a necessidade de marcarmos um dia de mobilização, com participação no ato, visando sensibilizar os reitores para que venhamos a ter negociações realmente efetivas.

A assembleia da Adusp de 13/5 analisará a proposta de reajuste salarial emanada dessa primeira reunião, e construirá sua resposta a ser encaminhada ao Cruesp por meio do Fórum das Seis.

CONCLAMAMOS Nossos Colegas a Participarem da Mobilização e do Ato no dia 11/5!

Próximas assembleias da Adusp

6/5, 5ªf, 17h, no Anf. da História

pauta: delegados da Adusp ao Conclat

13/5, 5ªf, 17h, no Anf. Adma Jafet (IF)

pauta: avaliação da reunião de negociação com o Cruesp

PL 549 ameaça congelar salários dos docentes federais

Caso aprovado, o projeto de lei 549 (PL 549) engessará os salários dos docentes e dos demais servidores federais nos próximos 10 anos, “uma vez que por consequência da crise econômica mundial são exíguas as possibilidades de crescimento positivo, menos ainda significativo, do PIB nos próximos anos”, declarou em entrevista ao *InformAndes* o presidente do Andes-Sindicato Nacional, professor **Ciro Correia**. “É bom lembrar que em 2009 esse crescimento já foi negativo”, frisou. Reproduzimos a seguir os principais trechos da entrevista.

Quais os principais problemas encontrados para os docentes federais no PL complementar nº 549?

Os principais problemas se referem às seguintes disposições: caso aprovado ficará estabelecido que “A partir do exercício financeiro de 2010 e até o término do exercício de 2019, a despesa com pessoal e encargos sociais da União, para cada Poder e órgãos referidos no art. 20, não poderá exceder, em valores absolutos, ao valor liquidado no ano anterior, corrigido pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), ou o que venha a substituí-lo, verificado no período de 12 (doze) meses encerrado no mês de março do ano imediatamente anterior, acrescido de 2,5% (dois inteiros e cinco décimos por cento) ou da taxa de crescimento do PIB, o que for menor”. E que, “a partir do exercício financeiro de 2008, a despesa com obras, instalações e projetos de construção de novas sedes, ampliações ou reformas da Administração Pública não poderá exceder, em valores absolutos, a 1/4 (um quarto) dos percentuais estabelecidos para despesas com pessoal dos órgãos referidos no art. 20 desta Lei Complementar.”

Ou seja, caso aprovado o PL pretende engessar os salários dos docentes e dos demais servidores federais nos próximos 10 anos, uma vez que por consequência da crise econômica mundial são exíguas as possibilidades de crescimento positivo, menos ainda significativo, do PIB nos próximos anos. É bom lembrar que em 2009 esse crescimento já foi negativo. Além disto, visa também reduzir a ampliação da infraestrutura física da administração ao vincular sua expansão às despesas de pessoal.

A aprovação deste projeto seria desastrosa para os docentes?

Sem dúvida, com destaque para o fato de não existir nenhuma segurança quanto a acenada retomada do crescimento da economia diante do tamponamento da crise que tem sido artificialmente contida com objetivos eleitorais, e que deve aparecer na sua real dimensão após as eleições, seja quem for o vencedor do pleito. Para promover essa “contenção” da crise, o governo tem reservado uma parcela cada vez maior do orçamen-

to para financiar e refinanciar a dívida externa e interna, com recursos que deveriam aumentar os investimentos sociais e recuperar salários.

O PL 549 visa fundamentalmente garantir que essa política voltada para o mercado continuará, mesmo com o agravamento das consequências da crise sobre a classe trabalhadora, visando antecipar-se às justas lutas por recuperação salarial. A esse propósito vale a pena se inteirar do excelente material que tem sido produzido e está acessível na página da Auditoria Ci-

dadã da Dívida, no endereço www.divida-auditoriacidada.org.br

Os itens que congelam a capacidade governamental de corrigir as distorções existentes na estrutura remuneratória dos servidores e tornam proibitiva a continuidade da Mesa de Negociação com os servidores anulam a luta dos sindicatos?

De modo algum, pelo contrário: reforçam a necessidade de articulação e luta em defesa da categoria, movimento que já se faz refletir no aumento da participação das entidades sindicais e de suas delegações de base em torno da Coordenação das Entidades dos Servidores Públicos Federais (Cnesf), como demonstrado na concorrida plenária de março em Brasília. Ficou ali patente a disposição de ampliar a articulação para derrotar essa e outras iniciativas do governo, como a que visa limitar o direito de greve.

Calendário de atividades da data-base

6/5, 5ª feira, 14h30	reunião do F6 com a comissão técnica do Cruesp
6/5, 5ª feira, 17h	assembleia da Adusp: delegados ao Conclat
11/5, 3ª feira, 14h30	negociação com o Cruesp
11/5, 3ª feira, 14h30	ato do Fórum das Seis
13/5, 5ª feira, 17h	assembleia da Adusp: avaliação da proposta do Cruesp

Regional de Piracicaba discute carreira docente

Próximo debate será realizado em 20/5, no LCF, às 17 horas

A subsele regional de Piracicaba está realizando uma série de debates sobre a Carreira Docente. O primeiro foi realizado em 27/4, com a presença dos professores César Minto, da Faculdade de Educação e ex-presidente da Adusp, e Demóstenes Silva Filho, diretor regional da entidade.

Em sua explanação, o professor César comentou as mudanças negativas na carreira, provocadas pela reforma do Estado. Defendeu a proposta baseada nas decisões do 29º Congresso do Andes-Sindicato Nacional sobre carreira docente, cujos

eixos orientadores são 1) “contemplar categorias ou classes correspondentes à formação continuada/titulação” e 2) “valorizar o tempo de serviço, de forma automática, por meio da adoção de anuênios, biênios, triênios etc. ou de mecanismos equivalentes” (conforme Anexo ao Caderno de Textos do 29º Congresso, Texto 42). O segundo eixo, destaca César, “valoriza a dedicação cotidiana exigida pelo trabalho docente”.

O professor da FE também detalhou os princípios de construção da carreira docente adotados pelo An-

des-SN: estrutura aberta, com ingresso apenas por meio de concurso público; indissociabilidade de ensino, pesquisa e extensão; dedicação exclusiva como regime de trabalho preferencial; estrutura simples, baseada na formação continuada e na titulação existente hoje nas universidades brasileiras: graduação, especialização, mestrado, doutorado, livre docência e titularidade; etc.

O professor Flávio Tavares, da Esalq, destacou a importância da atividade e disse que, embora a categoria esteja distante da discussão

sobre as questões políticas de fundo (como a reforma do Estado), é preciso encontrar caminhos para trabalhar o tema da carreira docente.

O próximo debate será realizado em 20/5, no Departamento de Ciências Florestais (LCF) - Sala DO 1, às 17 horas, com a participação do professor Manoel Fernandes, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH-USP) e representante dos professores doutores no Conselho Universitário. Ao final, será oferecido um coquetel aos participantes.

Moradoras do Crusp são agredidas por guardas universitários

Duas estudantes da USP foram agredidas por agentes da Guarda Universitária na madrugada de 18/4. O fato ocorreu após os guardas tentarem intervir em uma confraternização que ocorria na sede da Associação de Moradores do Crusp (AmorCrusp). No mesmo dia, mais cedo, dois policiais militares armados haviam intimidado participantes da mesma festa.

Após o episódio, estudantes e funcionários reivindicaram a destituição de Ronaldo Elias Pena, responsável pela Divisão Técnica de Operações e Vigilância da Coordenadoria do Campus da Capital (Cocesp).

Aline Camoles e Sylvania Sabrina Santander, moradoras do Crusp, registraram boletim de ocorrência no 51º Distrito Policial (Rio Pequeno). De acordo com o relato das vítimas no BO, ambas encontra-

vam-se próximo ao restaurante “quando foram abordadas por alguns guardas universitários”, e na sequência “sem motivos aparentes o averiguado [sic] agrediu com quatro ombradas a vítima Aline e deu-lhe uma chave de braço”. Após Sylvania gritar para o guarda “aqui você não vai bater em mulher”, “o averiguado agrediu Sylvania com um tapa e um soco no rosto”.

Protesto

O episódio de violência ocorreu diante de diversas testemunhas, duas das quais confirmaram a agressão no BO. Na ocasião, vários moradores do Crusp desceram de seus apartamentos para protestar contra a truculência dos guardas.

Segundo Ronaldo Pena, não há registro da agressão. “A Guarda foi solicitada para atender uma ocorrência no Crusp, onde segundo infor-

mações existia uma pessoa sendo agredida e muitas reclamações de moradores sobre uma festa não autorizada. Ao chegarem ao local foram hostilizados por membros da festa obrigando-os a sair do local”, afirma. “Nenhuma aluna nos procurou para relatar o ocorrido, registrar e apurar o caso”.

Quanto à presença de PMs, Pena diz que eles responderam a chamado de moradores do Crusp incomodados com o barulho provocado pela festa. “Cabe à Polícia Militar segundo a Constituição Federal policiar a sociedade nos Estados da federação. Eles foram chamados e atenderam uma ocorrência”, diz.

No dia 29/4 foi realizado um protesto em frente à Reitoria, organizado por estudantes e funcionários, que teve como um dos pontos de pauta a saída de Ronaldo Pena e a expulsão dos agentes agres-

sores. Em 23/4, o professor João Zanetic, presidente da Adusp, protocolou ofício na Reitoria solicitando uma audiência com o reitor Grandino Rodas para tratar da denúncia de agressão e da presença de PMs no campus. Até o fechamento desta edição a Adusp não obteve resposta.

Histórico

A Guarda Universitária ostenta um histórico problemático. Em 2/11/1997, dois membros da Guarda surpreenderam um grupo de meninos, moradores da Favela San Remo, que nadavam na Raia Olímpica. Um dos guardas surrou os meninos com uma vara de bambu. O menino Daniel Araújo, que correu, foi perseguido pelo outro guarda, motociclista. Daniel não voltou para casa: no dia seguinte, seu corpo apareceu boiando na Raia. A Reitoria nunca divulgou os relatórios

de duas comissões formadas para apurar o caso, que, no âmbito judicial, foi arquivado em primeira instância (Informativo Adusp 41, outubro de 1998).

A Guarda também exorbitou quando deteve estudantes da FAU que pintaram uma convocatória no asfalto do campus, e os conduziu à 93ª Delegacia de Polícia, onde passaram a noite em uma cela, sendo posteriormente processados (Informativo Adusp 231e 290), e em diversos outros incidentes com alunos ou com pessoas que entram no campus e são consideradas “suspeitas” (vide, por exemplo, Informativo Adusp 205).

Além disso, o envolvimento da Guarda em atividades de repressão ao movimento sindical é notório, havendo relatos de que seus agentes espiionam a movimentação de docentes e trabalhadores durante as greves e protestos.

Conclat será em junho

O 29º Congresso do An-des-SN, realizado em Belém do Pará em janeiro último, deliberou participar, por intermédio de sua diretoria e de delegados das seções sindicais, do Congresso Nacional da Classe Trabalhadora (Conclat), em junho de 2010, organizado pela Conlutas, Intersindical e demais movimentos sociais que participam do processo de reorganização e unificação da classe trabalhadora, que deverá discutir e deliberar sobre a criação de uma entidade unificada. Os delegados da Adusp serão eleitos na Assembleia convocada para 6/5, às 17 horas, no Anfiteatro da História.

Ocupantes da Coseas pretendem transformar espaço em moradia permanente

Duas semanas após a posse do novo coordenador da Coseas, Waldyr Antonio Jorge, o espaço antes utilizado pela Divisão de Promoção Social da Coordenadoria de Assistência Social (Coseas) no bloco G do Crusp continua ocupado por estudantes. Desde 18/3 não houve nenhuma reunião de negociação entre os alunos e a universidade. No dia 28/4 os ocupantes devolveram à Coseas os documentos que se encontravam no espaço retomado e agora pretendem transformar o local permanentemente em moradia.

Segundo uma das participantes da ocupação, o novo

coordenador procurou-os duas vezes desde sua posse, porém sempre à noite e querendo ter conversas informais. Nenhuma reunião oficial foi marcada. Os alunos pretendem que o espaço retomado seja um pontapé inicial no processo de retirada da Coseas de todos os espaços cruspianos: segundo eles, não há necessidade de um órgão burocrático permanecer no espaço destinado aos estudantes, diminuindo o número de vagas disponíveis.

A Reitoria também permanece em silêncio sobre a questão, desde o pronuncia-

mento do reitor Grandino Rodas através de artigo na Folha de S. Paulo (“USP, quousque tandem?”, 28/3). Após deliberação em assembléia geral dos estudantes, o DCE organizou uma audiência pública em 29/4 para tratar da questão da permanência estudantil e de ensino à distância, mas após ser reiteradamente procurado através de ofícios, telefonemas e mesmo pessoalmente, Rodas não compareceu. “Um reitor que assumiu proclamando estar inaugurada a ‘era do diálogo’, no primeiro momento em que o movimento estu-

dantil convida-o para um espaço de debate revela o verdadeiro caráter de sua gestão”, afirmou durante o evento Thiago Aguiar, da diretoria do DCE.

O professor Otaviano Helene, do Instituto de Física, representando a Adusp, apresentou um histórico do ensino à distância no Brasil e ironizou a ausência do reitor: “Parece que além de ensino, também temos um reitor à distância”.

Procurado para entrevista, Waldyr Antonio Jorge não respondeu ao Informativo Adusp por motivos de agenda.

Ação do gatilho: Adusp se reúne com reitor

Em 27/04, a equipe da Adusp que trata das questões relativas à ação do gatilho, se reuniu, pela primeira vez, com o Reitor da USP, professor João Grandino Rodas. Na ocasião, a Reitoria manifestou sua intenção de efetuar o mais cedo possível o pagamento da parte incontroversa da dívida, para o conjunto também incontroverso de beneficiários.

A Adusp propôs, então, um cronograma para agilizar o processo e torná-lo mais transparente, solicitando que a Universidade colocasse, em 3/5, à disposição dos beneficiários, no sistema Marte, em forma de holerite, as informações referentes aos pagamentos feitos em 1987. Seria dado um prazo de 15 dias para que os interessados conferissem os dados e comunicassem a existência de alguma divergência. Até 25/5, a administração da Universidade deveria resolver as pendências e encaminhar ao juiz, com cópia à Adusp, as informações referentes aos pagamentos efetuados em 1987; a Adusp, então, entregaria esses dados a uma empresa de contabilidade financeira que calcularia os valores referentes à parcela incontroversa da sentença judicial, devidos pela Universidade a cada beneficiário. Durante a fase de cálculo, a Adusp submeteria uma amostra dos resultados à aprovação da Universidade de modo que, ao final dessa etapa houvesse acordo quanto à parcela incontroversa da dívida. Dessa forma, a tramitação oficial seria agilizada, economizando o tempo de verificação formal dos cálculos pela Universidade. A Reitoria concordou com a proposta da Adusp no seu todo, solicitando apenas um prazo maior para colocar à disposição dos beneficiários, no sistema Marte, os dados referentes aos pagamentos de 1987. A administração da universidade se comprometeu a informar à Adusp qual seria a data possível para divulgar os dados no sistema Marte. Entretanto, até o fechamento desta edição, não recebemos resposta.

A Adusp informou ao reitor e a seus assessores que a gestão anterior não havia fechado posição com referência ao índice devido em dezembro de 1987 e pediu que a atual gestão se posicionasse a esse respeito. O reitor solicitou à sua assessoria que examinasse a questão com brevidade. Por sua vez, o procurador chefe da USP, Gustavo Mônaco, manifestou disposição para encaminhar, conjuntamente com a Adusp, petição ao juiz contendo os valores da parte incontroversa devida aos beneficiários incontroversos.

A Adusp insistiu que, em paralelo, devem ser examinados os casos de beneficiários hoje



considerados controversos, particularmente os pesquisadores dos museus que, em 1987, exerciam atividades docentes, e diversos casos de litispendência. Manifestou ainda sua expectativa de que se

consiga avançar também nessa discussão, com a atual gestão da reitoria.

Permanece a expectativa de que a Universidade efetivamente agilize o pagamento da dívida do gatilho.

Estudantes da Unicamp enfrentam sindicâncias e proibição de festas

Desde o começo de 2010, cerca de 30 estudantes da Unicamp foram submetidos a sindicâncias administrativas por suposto envolvimento com a realização de festas no campus da instituição. O movimento estudantil denuncia o caráter político das sindicâncias, uma vez que todos os chamados a depor são ou foram diretores de entidades estudantis. Após uma série de protestos, os alunos conquistaram o congelamento dos inquéritos e a abertura de negociações com a Reitoria visando à regularização das confraternizações.

Em dezembro de 2009 foi aprovado no Conselho Universitário (Consu) um novo regimento sobre festas, que prevê o corte de repasse ao DCE e a CAs e torna possível a pu-

nição individual de pessoas responsabilizadas pela organização desse tipo de evento. No começo do primeiro semestre de 2010, pressionada pela Associação de Moradores da Cidade Universitária (Amoc), entidade que entrou com representações no Ministério Público devido ao ruído provocado pelas festas, a Reitoria abriu uma série de sindicâncias contra alunos, que prestaram depoimentos a partir de março.

Segundo o DCE, o foco dos depoimentos foi a organização das entidades estudantis e não das festas, o que explicitaria o caráter político das sindicâncias. Os estudantes realizaram uma série de protestos, incluindo um "pula catraca" no restaurante universitário, exigindo a su-

pressão das sindicâncias, a mudança do regimento e a abertura de negociações. No dia 22/3 foram informados de que as sindicâncias estavam suspensas até segunda ordem. No momento estão sendo realizadas negociações, e discute-se possíveis locais para eventos e a realização de medições sonoras para controlar o barulho.

"O campus da universidade é um espaço público, não tem que ter restrições para a realização de festas. Além disso, elas são um espaço importante para a vivência universitária", afirma Bruno Modesto, diretor do DCE. As festas também são um importante instrumento de financiamento do movimento estudantil, garantindo sua organização e autonomia.

SARAU DA ADUSP

convida para o Lançamento e debate do livro



"Luta, Resistência e Cidadania - Uma Análise Psicopolítica dos Movimentos e Paradas do Orgulho LGBT"

do Prof. Dr. Alessandro Soares da Silva (EACH/USP)



7 de maio, sexta-feira, 18 horas, na sede da Adusp (prédio antigo da reitoria, térreo)